SUBSÍDIOS PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE PESQUISA
AGROPECUÁRIA PARA O ESTADO DO ACRE

Vitor Hugo de Oliveira¹

Geraldo de Melo Moural¹

Francisco das Chagas Ávila Paz¹

Jesus Costa da Silva²

O trabalho que iremos apresentar foi elaborado pela equipe de pesquisadores da UEPAE de Rio Branco após exaustivas discussões e objetiva fornecer alguns subsídios para uma política de pesquisa agropecuária para o Estado do Acre.

Para uma melhor visualização do esforço que o Acre vem fazendo em prol do seu desenvolvimento agropastoril, aqui com enfoque específico na área de pesquisa agropecuária, pedimos licença ao ilustre público para que, de uma maneira sucinta, relembremos um pouco a história do descobrimento do Estado do Acre, que tem ainda hoje sua base econômica montada no trinômio: borracha, castanha e madeira.

É sobre o produto da borracha que recai toda a importância histórica deste Estado.

¹Eng.-Agr., M.Sc., EMBRAPA-UEPAE de Rio Branco.

²Economista, B.Sc., EMBRAPA-UEPAE de Rio Branco.

I. INTRODUÇÃO

1. Antecedentes

Referências sobre a utilização da borracha vegetal pelos índios mexicanos remontam, praticamente, à chegada dos colonizadores europeus à América Tropical. O primeiro estudo sistemático da borracha de Hevea só foi feito no final do século XVIII pelo naturalista francês Charles Marie de La Condamine. Em 1865, J. Miller descreveu com o nome de Hevea brasiliensis a principal planta produtora de borracha do vale do Amazonas. Em 1839 dois notáveis tecnólogos, trabalhando separadamente, Goodyear nos Estados Unidos da América e Hancock na Grã-Bretanha, descobriram o processo da vulcanização, que abriu novos e amplos horizontes para a utilização da borracha na manufatura de um sem-número de artigos de usos e aplicações das mais diversas.

Com o advento da era da motorização, na segunda metade do século passado, a borracha encontrou um imenso campo de aplicação com a descoberta do pneumático e da câmara de ar. À medida que a indústria automobilística se expandia, quantidades cada vez maiores de borracha foram sendo exigidas; borracha que dependia, com exclusividade, das plantas nativas das regiões tropicais úmidas da América.

É importante registrar que nesta mesma época, após várias tentativas fracassadas, chegaram, exatamente a 14 de junho de 1876, em New Garden na Grã-Bretanha, 70.000 sementes de Hevea brasiliensis coletadas no planalto de Santarém pelo explorador H.A. Wickam e embarcadas; apenas um pequeno percentual (4%) germinou, produzindo um total de 2.800 "seedlings". Feita uma primeira seleção, restaram 1.919 mudas que em seguida foram transportadas para Paradenia no

Ceilão, Singapura e Kuala Kangsar, no Perake, onde foram plantadas. O conjunto destas mudas que sobreviveram produziram, mais tarde, as sementes de fundação que permitiram desenvolver as extensas plantações de seringueira em todo o extremo oriente.

Já em 1910 a área plantada com espécies produtoras de borracha, entre as quais a principal era a Hevea brasiliensis, era a seguinte:

- Ceilão	80.000 hectares	
- Estados Federais da Malaya	160.000	"
- Indonésia (Java, Sumatra, Borneo)	80.000	"
- Índia e Birmânia	15.000	"
- Colônias Alemãs (África)	18.700	"
- Outros	<u>14.600</u>	"
- Total	395.300	"

2. A Borracha Vegetal como Veículo de Ocupação dos Estados Amazônicos

A borracha, para a Amazônia e, portanto, para o Brasil, significou, em tempos passados, a canalização de preciosas divisas; hoje significa poupança de divisas.

Mas o seu papel histórico não se reveste apenas deste significado, ainda que da maior transcendência. Em 1837, quando a pressão do mercado consumidor exigia quantidades de borracha cada vez maiores, foi desencadeada uma verdadeira corrida através das regiões inóspitas e desconhecidas para o homem civilizado, sobretudo para aquele de origem nordestina, para a faixa tropical úmida, "habitat" natural das plantas produtoras do precioso látex. Expedições de coletores de borracha penetraram os vales dos rios Juruá, Purus, Madeira, chegando até os confins do alto Acre,

episódio que culminou, em 1903, com a assinatura do Tratado de Petrópolis por força do qual a Bolívia perdia a soberania sobre essas terras. Assim, a ocupação do Acre deu-se mais no sentido de exploração do que propriamente de povoamento.

Os migrantes nordestinos encontraram um meio ambiente completamente estranho ao de seus locais de origem e, por esta razão, as técnicas de exploração econômica e de adaptação no seu novo "habitat" foram-lhes ensinadas pelos nativos, que viviam da caça, pesca e outros métodos de extrativismo.

Talvez esta tenha sido uma das razões do não desenvolvimento da vocação agrícola do homem na região.

Essa característica do extrativismo da borracha impedia a formação de um mercado de trabalho livre. Em consequência, a mobilidade natural da força de trabalho centrava-se no rígido esquema do aviamento.

Com a decadência do ciclo da borracha, que se iniciou em 1913 (quando os seringais de cultivo do extremo oriente entraram em produção), deu-se a formação de contingentes livres de posseiros, seringueiros e arrendatários liberados da exploração dos seringais.

3. Quebra do 1º Ciclo da Borracha e Início da Agropecuária Acreana

A partir daí, surgiu a preocupação das autoridades da época de estudar a agricultura e a pecuária como alternativa para o desenvolvimento econômico da região. Esta iniciativa seria a forma de incentivar a fixação do seringueiro na terra. Com este objetivo, foram propostas as seguintes medidas ao Ministério da Agricultura em 1913:

fundação de dois campos de demonstração, sendo um no vale do rio Juruá e outro no vale do rio Acre, como forma de apoio aos produtores, objetivando a plantação de cereais, legumes e frutas tropicais em tal quantidade que não fosse necessário a sua importação para o consumo;

efetivação da Estação Experimental, criada pelo Dec. nº 10.051 de 14/02/13, para a cultura da seringueira em consorciação com plantas tropicais como cacau, baunilha e outros, cujas colheitas pudessem ser processadas no segundo ano de plantio.

Ainda com este objetivo, nas duas primeiras décadas deste século criaram-se as primeiras colônias agrícolas, através do pioneirismo ou do simples povoamento de áreas, sem a mínima organização e nem ao menos divisão de lotes.

No município de Rio Branco as primeiras colônias foram fundadas após a criação do território. Em 1908 surgiu a colônia Gabino Besouro, em 1912, a Deocliciano de Souza e em 1913, a Cunha Vasconcelos. Estas colônias, desmembradas do Seringal Empresa, passaram, posteriormente, a denominar-se Núcleo Colonial Empresa.

A produção extraída dessas colônias era tão insignificante que mal dava para o auto-abastecimento, pois os colonos ainda tinham como atividade principal o extrativismo e não havia incentivo para a produção agrícola.

Em 1942, no governo de Oscar Passos, foi tomada a iniciativa de se criar um plano sistematizado para se colonizar a região, iniciando pelos arredores de Rio Branco com a compra efetiva das terras do Seringal Empresa. A organização deste plano ficou ao encargo do agrônomo Pimentel Gomes. Realizou-se um loteamento constando de áreas de 25 ha cujo objetivo principal foi o de promover a agricultura, a

pecuária e a silvicultura, de forma a garantir a subsistência da família do agricultor.

Este Projeto de Colonização, se assim o podemos chamar, somente foi levado a efeito durante o governo José Guiomard dos Santos, transformando os 80.000 ha de Seringal Empresa em núcleos coloniais através do Dec. nº 83 de 1947. A execução efetiva, porém, somente foi realizada nos anos de 1949 e 1950, criando-se então os seguintes núcleos: Apolônio Sales, Juarez Távora, Dias Martins, Alberto Torres, Daniel de Carvalho, Mâncio Lima, São Francisco, etc.

Até 1942 o apoio do governo era dado através de fomento de mudas, sementes, ferramentas e de orientação técnica e beneficiamento dos produtos nos "Conjuntos Mecanizados". No entanto, foi a partir de 1952 que o Departamento de Produção passou também a se preocupar com o preparo e conservação do solo e com o plantio racional de seringal de cultivo. Para dar suporte a esta nova fase da agricultura acreana, foi instalada a Estação Experimental do Acre, localizada a nordeste da cidade de Rio Branco, onde hoje fica o bairro da Estação Experimental.

Vale ressaltar, a título de informação, que, embora com precária assistência técnica, o Acre produziu em 1943 os seguintes produtos agrícolas.

Café em coco	708.000 kg
Amedoim	31.800 kg
Batata-doce	15.000 kg
Gergelim	8.000 kg
Fumo em folha	135.000 kg
Inhame	45.500 kg
Melão	6.000 frutos
Tomate	20.000 kg
Cebola	4.800 kg

Abacate	213.600 centos
Banana	918.000 cachos

FONTE - IBGE 1944

Produtos industrializados:

Açúcar	15.750 sacos de 60 kg
Aguardente	5.000 litros
Álcool	750 litros
Fumo em rolo	116.800 kg
Rapadura	82.200 kg

FONTE - IBGE 1944

Com relação à pecuária, segundo Alberto Moreira (1918), em 1906, só no Seringal Itu, de propriedade do coronel Honório Alves, existiam 1.600 cabeças de gado bovino e 1.200 de ovinos e caprinos. Desta forma, o Acre já dava mostras do potencial de suas terras para a pecuária.

De 1940 a 1950, houve novamente uma retomada da extração do látex devido ao aumento dos preços internacionais causados durante a II Guerra Mundial com a tomada, pelo Japão, da Malásia e outras colônias inglesas no oriente.

O americano, através da Rubber Reserve Company, comandou todos os trabalhos na Amazônia, desde o recrutamento da mão-de-obra até os artigos e gêneros necessários para a sua sobrevivência. Em 1942, dentro das condições dos acordos de Washington, foi criado o Branco de Crédito da Borracha (hoje Banco da Amazônia S.A.), com 50 por cento de capital brasileiro, 45 por cento de capital americano e 5 por cento de outras fontes.

No primeiro ciclo, a produção era a única garantia do crédito por parte das casas aviadoras. No segundo ciclo, a entrada do Banco da Borracha vinculava a terra ao sistema

de crédito sob a forma de hipoteca. Após o término da guerra, o preço da borracha no mercado internacional caiu provocando uma nova crise e muitos seringalistas perderam suas terras para o próprio Banco.

A década de 60 encontrou a grande maioria das propriedades fundiárias do Estado vinculadas ao débito junto ao Banco de Crédito da Borracha, sob a forma de hipoteca. Essa dependência estabeleceu as bases das futuras negociações de terras no Acre.

Em 1962 o Acre passou a ser o 21º Estado brasileiro, graças aos trabalhos de José Guimard dos Santos.

Na década de 70, a disputa pela terra se deu entre os compradores de terra do centro-sul e os pequenos produtores locais. Os incentivos financeiros e fiscais concedidos pelo governo federal aos empreendimentos localizados no Acre não explicam a corrida pela terra neste Estado. Já o baixo preço relativo da terra, ocasionado pela decadência do seringal nativo, a especulação fundiária e o crédito fácil, barato e abundante, foram decisivos.

Foi na região do Purus, mais especificamente no vale do Rio Acre, que se concentrou inicialmente o processo de ocupação. Este ocorreu em áreas mais próximas à capital, e, de preferência, às margens das principais rodovias, expandindo-se, posteriormente, para a região do Juruá. Assim, em pouco tempo, os investidores do centro-sul adquiriram praticamente todos os seringais dos municípios de Rio Branco, Xapuri e Brasiléia. Foi exatamente nessa região, anteriormente grande produtora de borracha e castanha, que aconteceram os maiores conflitos pela posse da terra. A especulação desenfreada se realizava através do processo de revenda contínua da terra. Muitos seringais foram retalhados pelos primeiros compradores que aqui chegaram e transferidos a

pecuaristas do centro-sul do País.

A especulação fundiária e os desmatamentos para a formação de pastagens promoveram a expropriação e, conseqüentemente, a expulsão maciça de seringueiros/posseiros que foram ocupar os espaços vazios na periferia dos núcleos urbanos.

A região do vale do Juruá, talvez sua localização ainda sem acesso por via terrestre, praticamente não foi afetada nesta primeira fase da "corrida" pela terra do Acre, não se observando mudanças significativas no seu sistema econômico tradicional.

II. A REALIDADE ECONÔMICO-SOCIAL ACREANA

Torna-se difícil falar de um instrumento de política sem falar da política agrícola global. Portanto, pedimos que os senhores nos perdoem se, por acaso, cometermos algum deslize e adentrarmos uma política global.

Após esta retrospectiva histórica, vamos nos situar nos dias e dados atuais. Estes nos mostram que o Acre está se tornando um Estado urbanizado. A migração campo-cidade, na última década, engrossou a periferia da capital, transformando-a num grande bolsão de miséria. Não existem indícios de que este processo venha a se reverter no futuro. Ao contrário, espera-se que se agrave com a pavimentação asfáltica da BR-364. Embora isto não tenha sido exclusivo do Acre, já que pela primeira vez na história todas as regiões brasileiras passaram a ter população urbana maior do que a rural, no caso acreano o problema foi maior. Para citar números, o índice de velocidade de urbanização, na última década, foi o maior da região norte (1,59%) e o segundo maior

do país.

A economia do Estado, "sustentada" por um extrativismo decadente, apresenta evidentes sinais de agonia. A pecuária por sua vez, ocupante de extensas áreas de terras e grande responsável por conflitos e pelas migrações campo-cidade, não trouxe benefícios sociais de vulto ao Estado. Finalmente, a agricultura, discriminada pela pecuária e obscurecida pela ilusão extrativista, ensaia tímidos passos para poder se firmar no cenário acreano.

Diante desse quadro, o que se pode esperar do futuro do Acre no que concerne à produção e ao abastecimento de alimentos? O que se pode esperar diante da urbanização do Estado e da queda relativa na produção de gêneros de primeira necessidade? Esta é uma indagação difícil de ser respondida. No entanto, não se pode deixar de reconhecer que um dos problemas mais complexos que se colocam a qualquer governo é o de alimentar esta crescente população urbana.

Em nível doméstico, o problema apresenta conotação mais assombrosa, já que a parcela maior dos alimentos consumidos por nossa população (principalmente os industrializados) é oriunda de outras regiões do país, em virtude de a produção local não atender em quantidade e qualidade a renda do mercado consumidor. Citando apenas três exemplos: hoje não há carne, leite e farinha para atender a demanda urbana que paga por estes produtos. E a população é de apenas cento e cinquenta mil habitantes!

Onde estão as raízes deste problema? Sem queremos teorizar muito, diríamos que estão na inexistência de mecanismos que possibilitem ao produtor produzir e fazer chegar os alimentos (a preços acessíveis) à população. E para que esses produtos cheguem a preços acessíveis, é preciso não centralizar o problema apenas no fator produção, pois a si-

tuação não pode ser analisada separadamente, em termos estanques. Uma política agrícola dirigida exclusivamente à produção de alimentos estará fadada ao fracasso. O esforço isolado visando aumentar a produção de alimentos seria comparável à estória do homem que procura crescer puxando pelos próprios cabelos: exemplos disso nos são dados pela queima ou destruição em praça pública de alimentos produzidos em volumes superiores à demanda.

Falávamos anteriormente da inexistência de mecanismos visando aumentar a produção e o abastecimento. Agora, queremos salientar que é necessário também que se busquem ou se criem esses mecanismos. Acreditamos que os mesmos estão embutidos em quatro instrumentos que consideramos fundamentais para transformar uma política agrícola em realidade:

1. Crédito rural e incentivos
2. Abastecimento, preços mínimos e aquisição de safras
3. Pesquisa, assistência técnica e extensão rural
4. Infra-estrutura física de apoio à produção.

Embora de forma bastante sucinta, enfocaremos os principais problemas encontrados dentro de cada um destes instrumentos:

Crédito Rural

- Na prática, marginaliza o pequeno produtor
- O redirecionamento é prioritário e passa por uma decisão política
- Os interesses dos pequenos produtores devem se fazer representar
- Implica mudanças profundas: mudanças das VBC, liberações das parcelas, adequação dos cronogramas de desembolso e reembolso
- Mudanças adequadas à especificidades regionais (re-

gionalização)

Abastecimento, Preços Mínimos e Aquisição de Safras

- Proposta para a periferia de Rio Branco: fomentar e incentivar a criação de novas modalidades de atendimento, como feiras de produtores, sacolão, varejão, etc.
- Preço mínimo - levar em conta o custo real de produção.
- Descentralizar as ações da CFP - Criação de Postos Volantes de Compras.

Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

- Superar o isolamento dos órgãos do governo
- Repensar as formas de atuação pesquisa x ater
- Reverter prioridades
- Buscar atender o conjunto de necessidades do produtor
- Apoiar as organizações de produtores.

Infra-estrutura Física de Apoio à Produção

- Carência e falta de conservação de armazéns, estradas e transportes
- Inadequação espacial
- Produção que se perde na propriedade
- Retenção da produção pelo intermediário

Além disso, é preciso acabar com a gritante discriminação que existe contra a agricultura e transformar a Secretaria de Agricultura deste Estado num órgão de primeira classe. Enquanto ela permanecer como é hoje, com uma estrutura organizacional obsoleta e um orçamento insuficiente para seu funcionamento, não vemos como a produção e o abastecimento de produtos agropecuários do Acre possam crescer.

Para que os senhores tenham uma idéia, os recursos alocados para a agricultura em nosso Estado sempre têm figurado em último plano. Em 1982, foi o 5º menor orçamento. Em 1984, o 8º; em 1985, o 7º; e para 1986, parece que o 6º. Isto apesar de o Estado ser considerado "eminentemente agrícola".

O próximo governo, na nossa opinião, deverá debruçar-se de modo prioritário sobre o problema da produção e do abastecimento de alimentos, considerando, como já mencionamos, não apenas o aspecto meramente produtivo, mas preocupando-se em criar meios que visem colocar a produção na cidade a preços acessíveis ao consumidor. Outra razão maior é a perspectiva da intensificação do processo migratório nos próximos anos.

Em resumo: não adianta estimular a produção se não existem estradas, transportes, armazéns, preços e mercado para o produto. Antes de pensar em produzir é necessário criar toda essa infra-estrutura, reconhecidamente inexistente no momento.

Como havíamos mencionado no início, torna-se difícil falar de um instrumento de política agrícola sem falar no contexto agrícola geral.

O quadro que acabamos de descrever, talvez com cores um pouco carregadas, acreditamos estar próximo da realidade econômico-social do Acre.

III. DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA

- Priorizar as ações da pesquisa dotando-se de meios que permitam a expansão das atuais atividades, possibilitando a concentração de esforços na geração de tecnologias de baixo custo, voltadas para os produ-

tos que constituem a alimentação básica. Um fator que justifica essa prioridade é a redução de oferta de alimentos que vem se observando nos últimos anos no Estado, em decorrência de o crescimento da população ser superior ao aumento da produção. O crescimento vertiginoso da população é conseqüência do fluxo migratório que está ocorrendo no Acre e que vem se intensificando a cada ano, exigindo do poder público a tomada de medidas concretas no sentido de solucionar o problema do abastecimento, que vem se agravando e atingindo índices alarmantes.

- Identificar e avaliar a experiência dos produtores acumulada ao longo dos anos visando orientar a ação da pesquisa. É muito importante para a pesquisa agrícola o conhecimento dos sistemas de produção e práticas utilizadas pelos produtores, porque é sabido que cada operação realizada tem sua razão de ser. Essas experiências facilitam a definição de prioridades, além de fornecerem subsídios para a elaboração de um programa de pesquisa mais ajustado às condições dos produtores e da região.
- Priorizar o enfoque sistêmico da Unidade produtiva, levando em consideração a diversificação da produção nela existente. O produtor deve ser estimulado a melhorar a sua renda mediante o aumento de produtividade de suas culturas e racionalização de operações, obtendo, com isto, redução do custo de produção. Deve ser motivado, também, a adotar culturas mais rentáveis, sem, contudo, ter que abandonar as culturas tradicionais, que são indispensáveis ao seu sustento. Culturas ditas industriais como, por exemplo, o guaraná, devem ser incentivadas, desde que sejam as-

- sociadas a culturas de ciclo curto, garantindo, desta forma, a produção de alimentos básicos com a conseqüente redução do custo de produção.
- Intensificar a pesquisa na busca de fontes alternativas de energia estimulando o seu uso. Culturas tidas como potencialmente viáveis em termos agrônômicos para o Estado, como mamona, sorgo sacarino, dendê e outras, devem ser estudadas visando avaliar o seu potencial econômico.
 - Promover, juntamente com outras áreas afins, o zoneamento agroecológico e econômico do Estado. É importante que estudos sejam realizados visando caracterizar melhor o clima, possibilitando, desta forma, conhecer as diferenças climáticas das duas microrregiões homogêneas do Estado. Esses conhecimentos são indispensáveis ao zoneamento agrícola, pois, como se sabe, o clima é fator preponderante na introdução de novas culturas e/ou cultivares.
 - Aprofundar o conhecimento dos recursos naturais e sócio-econômicos do Estado, visando a exploração de uma agricultura permanente e racionalmente conduzida, onde os efeitos predatórios da atividade agrícola sobre o meio ambiente sejam minimizados. Esses estudos devem ter como objetivo não só a defesa do meio ambiente, como também a proteção da saúde do trabalhador rural e do consumidor. Será dada prioridade ao sistema de controle integrado, concentrando esforços nos métodos de controle biológico e levando em consideração as condições sócio-econômicas dos pequenos e médios produtores.
 - Promover amplo trabalho de recuperação e preservação do solo, envolvendo os agricultores, suas entidades

e as instituições governamentais, intensificando o uso de práticas adequadas de manejo de solo (rotação de culturas, incorporação de resíduos orgânicos, cultivo mínimo, etc.). Atenção especial será dispensada à prática de biofertilização do solo com leguminosas, visando a melhoria das propriedades físicas e químicas do solo. Trabalhos têm demonstrado que é possível cultivar, de maneira econômica, uma mesma área por tempo indeterminado, mediante a incorporação ao solo de massa verde de leguminosa. Com essa prática, pretende-se racionalizar o uso dos solos, contribuindo, desta forma, para que um menor número de produtores desenvolva agricultura do tipo itinerante, em que uma mesma área só é cultivada por, no máximo, três anos.

- Intensificar estudos para utilização de alimentos alternativos disponíveis para alimentação animal. Devem ser pesquisadas novas formulações de rações para aves e suínos empregando-se produtos produzidos na região ou utilizando subprodutos resultantes da industrialização da castanha-do-brasil. Isto permitiria uma sensível redução de custo em razão do emprego de menor volume de concentrado, que ainda é importado do Centro-sul.
- Desenvolver um programa de coleta de espécies vegetais e/ou cultivares ameaçadas de extinção, garantindo a preservação do patrimônio genético. Quando se tratar de espécies perenes, bancos de germoplasma devem ser instalados no próprio Estado. No caso de culturas de ciclo curto, as sementes devem ser remetidas para o Centro de Recursos Genéticos em Brasília, que se incumbirá de sua preservação. Essa pro-

vidência é importante porque garante os programas futuros de melhoramento, uma vez que esses materiais nativos se constituem em fontes de variabilidade genética, que são indispensáveis à criação de novas cultivares.

Expandir a oferta de sementes básicas, mudas, matrizes e reprodutores. Como é amplamente conhecido, a semente se constitui no principal insumo quando se pretende melhorar os índices de produtividade de qualquer cultura. Da mesma forma, a introdução de matrizes e reprodutores de raças reconhecidamente adaptadas para o Estado deve merecer especial atenção da pesquisa no sentido de melhorar a qualidade dos rebanhos existentes.

- Paralelamente à introdução de animais provenientes de outros estados ou regiões, estudos de acompanhamento deverão ser conduzidos, visando avaliar o grau de aclimação. Deverão se constituir também em prioridade os trabalhos com objetivo de definir sistemas de manejo adequados às condições do Estado.
- Intensificar os testes em máquinas e equipamentos visando avaliar a sua eficiência nas condições locais. Melhorias e/ou adaptações devem ser introduzidas com o objetivo de torná-los mais eficientes e adequados às condições da região. Dentro das disponibilidades de recursos materiais e humanos, estudos devem ser desenvolvidos visando a criação de equipamentos e/ou máquinas simples, levando sempre em conta o pequeno produtor, que é o mais carente.
- Atenção especial merecerá a mecanização agrícola porque, como é de conhecimento geral, as condições de clima e solo, além do revestimento florístico predom-

minante da região, tornam-na de difícil execução. A mecanização à tração animal deverá se constituir em prioridade, uma vez que, dada a descapitalização do produtor rural acreano, por muito tempo o trator deverá ficar fora do alcance da grande maioria. Dentro da tração animal, o desempenho do búfalo nesta atividade deverá merecer atenção especial, graças às potencialidades que esse animal apresenta na prestação de serviços.

- Incrementar as pesquisas sobre sistemas de produção dos pequenos produtores, considerando as peculiaridades do Estado. Os sistemas de policultivos merecerão prioridade nesses estudos, uma vez que, hoje, ninguém mais desconhece as vantagens dos cultivos associados. Dentro dos policultivos, os consórcios atuais deverão ser avaliados, visando definir o nível de eficiência de cada um. Novos modelos de cultivos múltiplos devem ser testados, implementando-se aqueles que proporcionam maior intensificação do uso da terra, no tempo e no espaço.
- Estabelecer um plano estadual de pesquisa agrícola que integre os esforços da Universidade e organizações de agricultores, ajustados às demandas do Estado manifestadas pelos produtores, e em perfeita articulação com a assistência técnica e extensão rural. Esse plano deve ser definido em perfeita consonância com o plano de política agrícola do Governo Estadual, permitindo, desta forma, que as metas a serem atingidas venham ao encontro das prioridades do Estado.
- Implementar o programa de treinamento de recursos humanos dando prioridade à capacitação de pesquisa-

dores, principalmente nas áreas da ciência reconhecidamente mais importante para a região.

- Fortalecer a Unidade de Pesquisa e o serviço de Extensão Rural, dotando-os dos recursos necessários à sua interiorização, principalmente nos projetos de colonização nas áreas prioritárias de reforma agrária.
- Desenvolver trabalhos voltados para o aproveitamento racional dos recursos florestais. Reconhece-se que atualmente é praticamente impossível preconizar qualquer plano de desenvolvimento sobre a agricultura na Amazônia sem, contudo, ter que sacrificar alguma área de mata. Estudos devem ser conduzidos visando a definição de métodos e/ou aperfeiçoamento de equipamentos que permitam o aproveitamento econômico da maior quantidade possível de madeiras. Desta forma, preconiza-se que os futuros projetos agropecuários a serem implantados no Estado contenham, no seu bojo, medidas concretas de aproveitamento dos recursos madeireiros existentes na área.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Concluindo, acreditamos que, com a adoção dessas e de outras medidas, a situação seja transformada e o setor agrícola desenvolva a sua real função: ser fonte de produção de alimentos para a população e permitir renda aos que nela atuam. Essa alteração pode ser concretizada a curto e médio prazos dando-se condições para que o homem possa se fixar à terra de maneira definitiva, criando-se condições reais para a economia de subsistência - através de uma real reforma

agrária - e desenvolvendo-se programas especiais de educação e treinamento profissional rural.

Pensamos que somente assim a agricultura alcançará bases sólidas para sustentar seu desenvolvimento e o Acre a tão esperada auto-suficiência de gêneros alimentícios.